



Projeto Vida Ativa Pelotas: Percepção das coordenadoras sobre a implantação dos núcleos no ano de 2019

Project Vida Ativa Pelotas: Perception of the coordinators on the implantation of the nucleus in the year 2019

AUTORES

Giulia Salaberry Leite¹

Alan Goularte Knuth^{1,2}

José Antônio Bicca Ribeiro¹

Inácio Crochemore-Silva^{1,3}

1 Universidade Federal de Pelotas, Programa de pós-graduação em Educação Física, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

2 Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

3 Universidade Federal de Pelotas, Programa de pós-graduação em Epidemiologia, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

CONTATO

Giulia Salaberry Leite

giuliasalaberry@hotmail.com

Rua Evaristo da Veiga, n. 497. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

CEP: 96040-680.

DOI

10.12820/rbafs.28e0308



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi descrever o processo de implantação dos núcleos do Projeto Vida Ativa no município de Pelotas, Rio Grande do Sul. O projeto é uma política de governo, desenvolvida desde 2013, financiado e executado pela prefeitura municipal, que estimava atender em 2019 cerca de 4.000 pessoas, promovendo atividades físicas e esportivas. Optou-se por uma abordagem qualitativa e um recorte transversal no ano de 2019. Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com a dois níveis de coordenação do projeto. Para análise dos dados obtidos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Os principais resultados da análise apontaram que o projeto apresentava desafios a serem enfrentados como a sustentabilidades dos processos, financiamento para adequação dos núcleos e ampliação desses locais, continuidade nos processos de capacitações com os profissionais, monitoramento e avaliação do projeto. Apesar das dificuldades enfrentadas de acordo com a percepção das coordenadoras, o projeto apresentava-se como uma iniciativa progressista na forma como estava sendo implementando seus núcleos e atividades físicas e esportivas, sobretudo por dialogar com demandas locais, e contar com apoio da população participante, mantendo-se ao longo das trocas de governo.

Palavras-chave: Política pública; Gestão em saúde; Política de saúde; Avaliação de Programas e Projetos de Saúde.

ABSTRACT

The aim of this study was to describe the implantation process of the of the Projeto Vida Ativa in the city of Pelotas (Brazil). The project is a government policy, developed since 2013, financed and executed by the municipal government, which estimates to serve around 4000 people promoting physical activities and sports. We conducted qualitative research and opted to address the year 2019 as a time frame. In the collection, eight semi-structured interviews were carried out with the project's coordination. For data analysis, the content analysis technique was used. The main results of the analysis indicate that the project has weaknesses that need to be addressed as the sustainability of the processes, funding for the adequacy of the centers, expansion of these locations, continuity in training processes, and implementation of monitoring and evaluation. Despite the difficulties faced by the coordination and professionals who carry out the actions, the project presents itself as a positive initiative in the way the centers and physical activities and sports are being implemented. Further positive aspects included the local-demand attended and the population support for the continuity of the project despite changes in the government.

Keywords: Public policy; Health management; Health policy; Program evaluation.

Introdução

O incentivo à prática de Atividade Físicas e Esportivas (AFEs) é considerado como importante ferramenta de promoção de saúde¹, a atividade física foi instituída como eixo prioritário na agenda nacional, tendo como um dos seus objetivos promover saúde para a população através do acesso à atividade física².

O Programa Academia da Cidade (PAC) foi criado em 2002 em Recife, (Pernambuco), com o objetivo de promover hábitos saudáveis, aumentar a atividade

física da população e disseminar o conhecimento sobre os benefícios dessa prática³. Além disso, o PAC serviu como base para outros programas, como o Programa Academia das Cidades⁴. No ano de 2006, a partir da criação da Política Nacional de Promoção da Saúde², e através dela em 2011, o Ministério da Saúde criou Programa Academia da Saúde (PAS), que tem como uma de suas características ser um programa comunitário de incentivo à prática de atividade física, no âmbito do Sistema Único de Saúde⁵.

Em Pelotas, Rio Grande do Sul, cidade do extremo sul do Brasil, uma das estratégias utilizadas para promoção de AFEs, é a implementação do Projeto Vida Ativa (PVA), que se configura como uma política de governo, financiada e executada exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria de Educação e Desporto (SMED), desde 2013. O objetivo do projeto é fomentar a prática de hábitos de atividade física em crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando melhorar a qualidade de vida da população⁶.

Em nível nacional, foram conduzidos estudos em capitais buscando avaliar programas de atividades físicas como o PAC⁷⁻⁸, PAS⁹, Curitiba Ativa¹⁰ e Agita São Paulo¹¹. Entretanto, iniciativas como o PVA da cidade de Pelotas, carecem de investigações sistematizadas, considerando a importância da produção do conhecimento acadêmico sobre ações concretas de políticas locais, em cidades de pequeno ou médio porte. Este conjunto de iniciativas, ainda que sempre passíveis de análises críticas, formam uma cultura de acesso às AFEs no âmbito das políticas públicas no país. Assim como destaca-se a relevância de políticas de Estado e políticas de governo para a promoção de AFEs com foco em grupos mais vulneráveis social e economicamente, enfrentando a atribuição histórica de responsabilidade individual sobre essas práticas¹¹, ressalta-se também a necessidade do estudo dessas ações públicas que devem abarcar, por exemplo, os motivos que justificam determinada intervenção, planejamento, atores

envolvidos, normatizações e financiamento¹².

Considerando o exposto, este estudo teve como objetivo descrever o processo de implantação dos núcleos do PVA no município de Pelotas, Rio Grande do Sul, com ênfase nos aspectos de estrutura e estabelecimento das atividades no ano de 2019, a partir das percepções das coordenadoras do projeto.

Métodos

O presente estudo se caracteriza como um estudo descritivo, com recorte transversal no ano de 2019. Foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa¹³, por meio de realização de entrevistas semiestruturadas e análise dos documentos fornecidos pela SMED do ano de 2019 (panoramas de atividades oriundos do grupo de trabalho). Inicialmente, a SMED foi contatada e foi solicitado concordância formal para realização da pesquisa. A coordenação do PVA era dividida em dois níveis de organização, dessa forma todas as coordenadoras, mediante aceite da gestão municipal, foram convidadas a participar do estudo. O estudo contou com a participação de todas as coordenadoras, sendo três gerais e cinco de núcleo, totalizando oito participantes. As coordenadoras foram incluídas como a população de estudo devido ao seu conhecimento e papel fundamental no processo de implementação do projeto em 2019.

O agendamento das entrevistas foi realizado por meio telefônico e as entrevistas aconteceram no formato on-line, através do aplicativo Zoom Meetings®, em

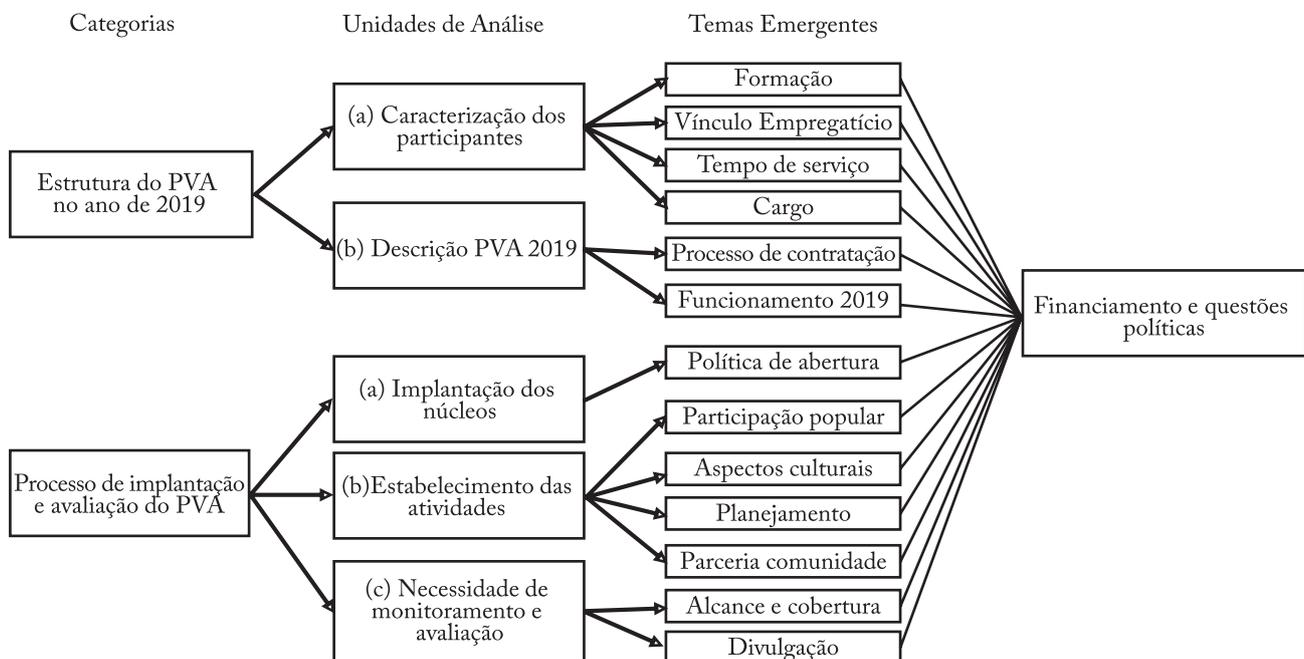


Figura 1 – Fluxograma Categorias, Unidades de Análise e Temas Emergentes

setembro de 2020, devido as normas de distanciamento social vigentes de acordo com cenário de enfrentamento da pandemia de COVID-19. A partir de elementos de estrutura e processo presentes no modelo lógico do projeto⁶, estabelecemos os seguintes elementos para o roteiro das entrevistas: a caracterização das coordenadoras gerais e de núcleo; processos de contratação; caracterização das atividades referentes ao cargo que ocupava; processo de abertura dos núcleos; atividades realizadas em 2019; cobertura e alcance do projeto; e financiamento no ano de avaliação. As entrevistas tiveram duração entre 50 minutos a duas horas, que foram gravadas, transcritas e enviadas para validação. A transcrição foi realizada com auxílio do *VoiceNote II*, e inseridas em arquivo de texto. Para o tratamento dos dados foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin¹⁴. As categorias e unidades de análises estão apresentadas na Figura 1.

O termo coordenadoras foi empregado, respeitando o quantitativo maior de mulheres da população do estudo. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas, sob o protocolo 4.191.300, e pela aceitação das coordenadoras em participar do presente trabalho, sendo a autorização para divulgação dos resultados dada pela concordância verbal e preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Destaca-se ainda o sigilo das identidades, que tiveram suas falas referenciadas em códigos numericamente definidos aleatoriamente: coordenadora geral (CG) e coordenadora de núcleo (CN).

Resultados

Para o funcionamento do PVA em 2019, houve um processo de seleção dos trabalhadores no ano de 2017, de forma simplificada, através de edital N^o 211/2017¹⁵, com envio de currículo documentado, no qual foram selecionados 33 candidatos (cinco coordenadoras de núcleo e 28 agentes), além desses, compuseram a equipe do PVA três coordenadoras gerais, as quais eram concursadas da Prefeitura Municipal de Pelotas e duas já integravam o projeto desde a sua concepção em 2013. Dessa forma a estrutura organizacional dos recursos humanos era composta por 36 funcionários.

A jornada de trabalho era de 40 horas semanais, sendo que a prestação de serviço poderia ocorrer à noite, sábados, domingos e feriados. Além disso, de acordo com as entrevistadas o projeto também conta com a participação popular, através dos usuários e líderes comunitários, que desde o processo de tramitação na

câmara dos vereadores, participam ativamente para garantir a prorrogação da política.

Em relação a caracterização das participantes entrevistadas, cinco eram do gênero feminino (duas gerais e três de núcleo) e três do gênero masculino (um geral e dois de núcleo). As oito coordenadoras eram formadas em nível superior, sendo uma em Pedagogia e sete em Educação Física licenciatura e bacharelado. Além disso, apresentavam formação continuada em nível de especialização *latu-sensu*, duas estavam cursando mestrado e uma doutorado durante o período da pesquisa. Em 2019 as coordenadoras gerais foram responsáveis por organizar o trabalho das coordenadoras de núcleo, faziam a intermediação com a gestão central da SMED e eram encarregadas pela parte burocrática do projeto. De acordo com relato das coordenadoras gerais, no ano de 2019, as coordenadoras de núcleo apresentaram um protagonismo importante para efetivação do projeto, pois supervisionavam os agentes executando as atividades pactuadas com a comunidade nos núcleos, organizavam o calendário do projeto e todas as AFEs previstas nos núcleos.

A descrição do funcionamento do PVA no ano de 2019 engloba o processo de abertura dos núcleos e estabelecimento das atividades sistemáticas e assistemáticas. A política de abertura de núcleos era estabelecida pelas coordenadoras gerais e envolvia geralmente a demanda de um grupo comunitário, o qual entrava em contato formal com a SMED. O local de prática normalmente era disponibilizado pelo próprio grupo populacional no momento da solicitação, indicando também a atividade que gostariam de realizar, quantidade de pessoas interessadas, faixa etária, materiais disponíveis, dias e horários para fins de registro.

Em termos de implantação dos núcleos no ano de 2019 foi relatado pelas coordenadoras que a demanda da comunidade era configurada por um pedido que poderia ser feito por qualquer pessoa, e que esse processo acontecia de dentro dos bairros em direção à prefeitura. No entanto, no ano de 2019 aspectos políticos foram evidenciados sobre a representatividade das demandas de aberturas de núcleos, pois mencionam a participação de vereadores como grandes protagonistas na apresentação de demandas.

Após o processo de solicitação, para que os núcleos e as atividades se estabelecessem, era necessário que o local indicado estivesse minimamente adequado em termos de estrutura física para receber a população. Esses espaços eram cedidos temporariamente e incluíam

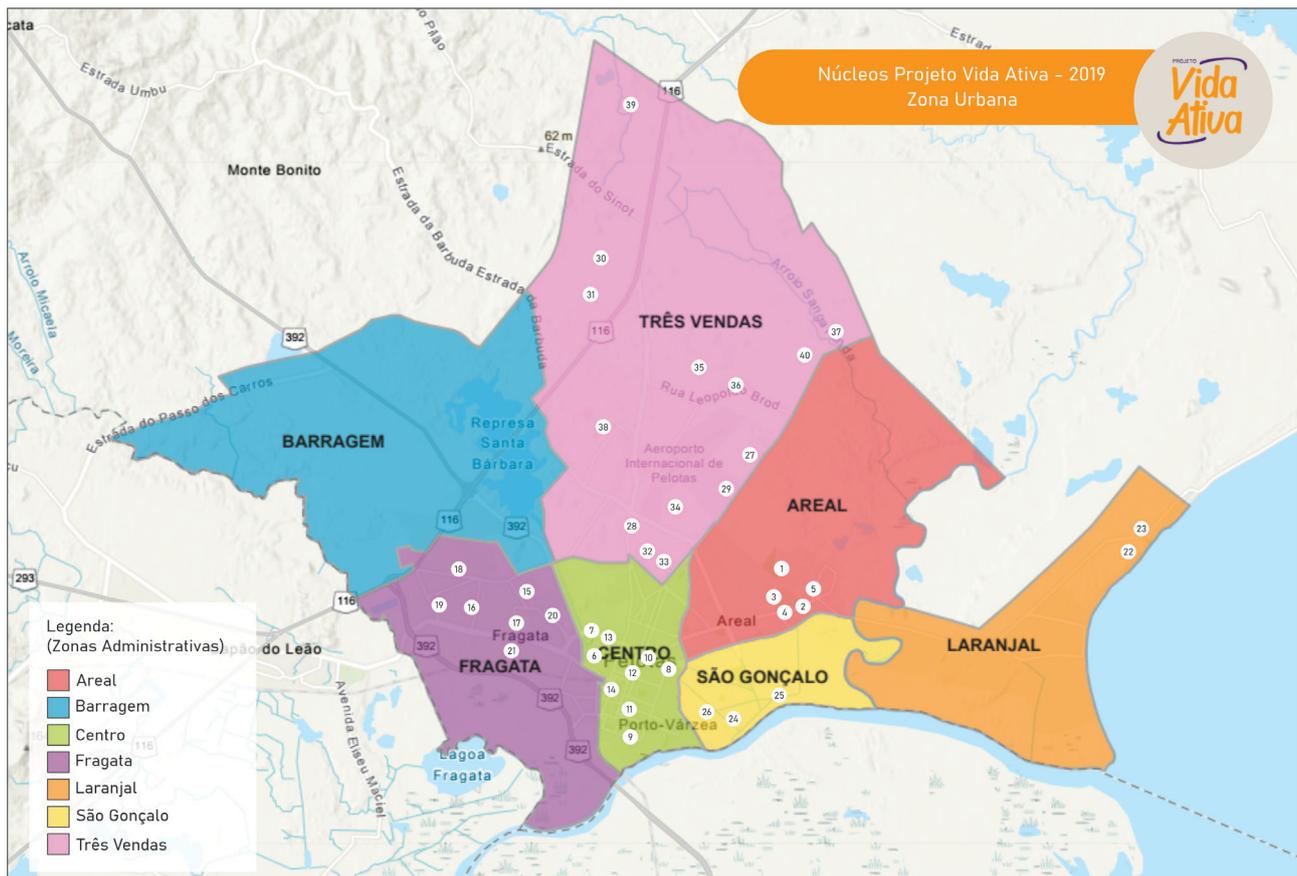


Figura 2 – Núcleos Projeto Vida Ativa 2019 - Zona Urbana

em geral salões paroquiais, clubes esportivos ou sociais e salões comunitários.

“Nós entramos com o professor, a comunidade entra com a estrutura, então pedimos para que tenha pelo menos banheiro, um espaço coberto, quadra de futebol se for modalidade esportiva, campo ou areia. A comunidade é responsável pela limpeza do local e organização deste espaço [...]” (CG 1, 2020).

Estima-se que aproximadamente 4.000 pessoas foram atendidas pelo PVA nas atividades sistemáticas em 2019. A única condição, como mencionam, era de que o lugar “fosse aberto a todos, onde qualquer pessoa pudesse entrar” (CG 3, 2020). Outra questão pontuada, era de que alguns núcleos apresentavam limitações de estrutura física e, por consequência, demanda reprimida evidenciada por fila de espera de pessoas que queriam participar do projeto:

“Tem lugares, que tinha fila de espera de 30, 40 pessoas e não tinha vaga e como eles não saíam do bairro, não

tinha o que fazer [...] nem sempre as comunidades conseguem se estruturar, a gente trabalha de forma precária, muito mais com material humano do que qualquer outra coisa” (CG 2, 2020).

Com relação ao quantitativo populacional atendido nos núcleos, existem divergências entre os relatos dos profissionais sobre o quanto os núcleos abertos foram capazes de atender todas as pessoas que queriam participar do PVA. A coordenadora geral 1 apontou que “Nos bairros que tinham espaço, a gente chegou atender 100 pessoas, não tem lista de espera, porque se o salão comporta, o professor vai atender [...] a gente trabalhava muito com a parte corporal”. Já uma das coordenadoras de núcleo manifestou incômodo em relação a quantidade de pessoas durante as AFEs e a relação com a qualidade das aulas: “As aulas tinham muitos profissionais bons, mas a gente gostaria de ter uma melhor organização, poderia ser aulas com menor número de pessoas, porque ninguém consegue atender 100 pessoas e dizer que é uma aula de qualidade” (CN 3, 2020).

Em termos de materiais, o projeto não provinha de

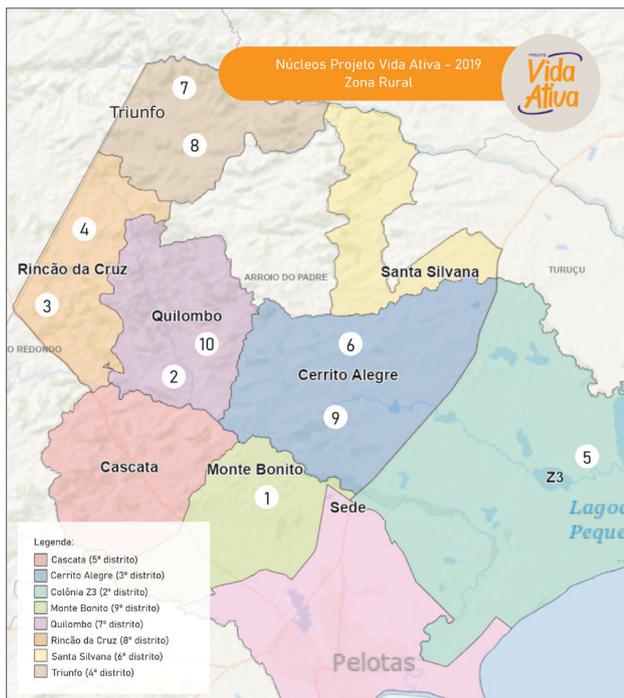


Figura 3 – Núcleos Projeto Vida Ativa 2019 - Zona Rural.

muitos recursos para os núcleos nos bairros. Segundo relato das coordenadoras gerais e de núcleo, o projeto contava após aprovação, apenas com o provimento de recursos humanos. Entretanto, relataram que para a parte esportiva, estavam amparadas pela SMED e que já tinham conseguido pleitear alguns materiais do município, através de parcerias, conforme relatado pela coordenadora geral 3:

“O PVA tem poucos recursos para se manter, o que conseguimos é através de outros projetos, normalmente de parcerias com empresas privadas que precisam destinar impostos. Por exemplo, em 2019 nós tivemos parceria com uma empresa, na qual conseguimos boa parte dos recursos”.

Nos núcleos dos bairros, o agente e os participantes utilizavam o que tinham disponível e, exploravam a criatividade para confecção de materiais que auxiliassem nas aulas que precisassem de mais recursos devido a “*escassez de material*” relatada pela coordenadora de núcleo 1. Diferente do núcleo central (ginásio municipal), era considerado como o coração do projeto de acordo com as coordenadoras, oferecia a melhor infraestrutura para a realização das AFEs, possuía materiais para realização das aulas de ginástica, tablado para as lutas, sala de treinamento funcional e quadra

poliesportiva, que se diferenciava dos lugares cedidos ou emprestados nos bairros, os quais apresentavam uma estrutura mais modesta.

As atividades estabelecidas em 2019 eram diversificadas, aconteciam de duas a três vezes por semana em cada núcleo, dentre as principais mencionadas: voleibol, futsal, treinamento funcional, ritmos, dança, futebol, ginástica, lutas etc. Essa diversidade ocorreu devido a qualificação dos recursos humanos, conforme registrou a coordenadora geral 3: “*O sucesso do PVA se dá pela constante qualificação do grupo, tanto por eles buscarem qualificação para melhorar o seu trabalho, quanto o projeto incentivando a qualificação, através de minicursos e capacitações*”. Em 2019, o PVA conseguiu capacitar os profissionais para melhorarem a sua atuação. De acordo com as coordenadoras gerais e de núcleo, quanto maior o repertório dos profissionais envolvidos nas atividades, melhor era o planejamento, progressão e criatividade das aulas para as diferentes faixas etárias. Apesar disso, a coordenadora geral 2 aponta que “*o vínculo contratual dos profissionais faz com que eles busquem trabalhar em outros lugares, buscando estabilidade e salário, que a prefeitura infelizmente não conseguia garantir*”. Além disso, eram realizadas reuniões semanais e contato via telefone diariamente com as coordenadoras de núcleo para repassar o andamento das atividades realizadas.

Em 2019, o projeto aumentou a quantidade de núcleos, estando presente em todos os bairros e distritos de Pelotas (Barragem, Três vendas, Areal, Fragata, Centro, São Gonçalo e Laranjal), conforme ilustrado nas Figuras 2 e 3. Contudo, apontam, que chegaram no limite das ampliações das ações nos bairros e por conta disso, preferiram manter o que tinham em função da demanda de atendimento e limitado recurso humano disponível para atender mais localidades. Outro aspecto relevante mencionado com relação as atividades assistemáticas, era que elas consideravam muitas das atividades desvinculadas com o que era a proposta do PVA. Muitas vezes eram chamados mais pelos brinquedos infláveis que o PVA disponibilizava em atividades de finais de semana e não propriamente para realizar alguma intervenção de AFEs. Segundo as entrevistadas, esse cenário era atrelado a questões políticas que atendiam a interesses de quem estava fazendo as solicitações. “*Se tivesse que fazer qualquer outra função a gente ia, a gente já chegou a ter que cuidar de criança, que nem idade escolar tinha, ficávamos tapando furos, não tinha quem fizesse e a gente ia fazer*” (CN 3, 2020).

Quando questionados sobre a realização de avalia-

ções do PVA as coordenadoras gerais e de núcleo relataram que eram feitos relatórios com dados dos participantes e núcleos e esses eram encaminhados para a SMED, como uma forma de prestação de contas. Salientaram também que esses levantamentos eram feitos principalmente próximo ao final dos dois anos, quando o edital estava expirando e precisava ser renovado e que no ano de 2019 não existiu nenhuma avaliação formal ou sistematizadas do PVA.

Discussão

O presente estudo aponta para a importância de projetos e políticas locais para promover a participação cidadã, reduzir as desigualdades de acesso, favorecer a sistematização de outras iniciativas. Ao direcionar recursos e ações para nível local, é possível construir cidades mais justas, inclusivas e também sustentáveis¹⁶. Além disso, é crucial fornecer informações aos gestores e profissionais de iniciativas estabelecidas, a fim de embasar o planejamento, possibilitar a visualização de limitações e potencialidades para o desenvolvimento de programas municipais, bem como ações intersetoriais voltadas para a promoção de diferentes atividades¹⁷.

O grupo da coordenação geral e de núcleos do PVA foi composto majoritariamente por mulheres, com formação em Educação Física e que apresentavam formação continuada, o que indicava a existência de uma equipe de profissionais da área, atuando na gestão de um serviço público, organizando e pensando a implementação de uma política de governo relevante para a promoção de AFEs como forma de ampliação do acesso ao trabalho da Educação Física e para promoção de saúde. Ter uma equipe qualificada e com representação feminina indica um compromisso também em garantir a participação plena e efetiva das mulheres e sua igualdade de oportunidades em cargos de liderança e tomada de decisão, indo ao encontro de um dos objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030¹⁸.

Ao destacar esses aspectos positivos, evidencia-se também que o PVA apresentou fragilidades que precisam ser corrigidas, dentre essas: a sustentabilidades dos processos, financiamento para adequação dos núcleos, ampliação desses locais, recursos humanos, compra de materiais, continuidade nos processos de capacitações com os profissionais, monitoramento e avaliação do projeto. Tais limitações, como falta de pessoal, infraestrutura e financiamento também apareceram no Programa Esporte e Lazer na Cidade que antecedeu a criação do PVA, no qual recebia recursos da esfera

federal para funcionamento¹⁹.

De acordo com a concepção do PVA era esperado que as demandas das ações fossem oriundas da população, estabelecendo relações com o modelo de baixo para cima (da comunidade, para a prefeitura), algo que remete à participação protagonista dos usuários da política, ou seja, uma característica de descentralização²⁰. Essa perspectiva, embora apareça com força no relato da política de abertura, apresenta-se de forma limitada no ano de 2019, visto que embora algumas demandas cheguem por parte de usuários das localidades, nesse ano, que antecedia as eleições do município, essas representações majoritariamente partiram de vereadores, revelando interesses políticos e não necessariamente uma real demanda popular.

Nesse contexto, é necessária atenção, pois essa forma de implantação não fomenta o aumento da disponibilização de espaços públicos de lazer, tampouco favorece o debate sobre a importância de melhoria dos espaços já existentes, deixando também comunidades com maior vulnerabilidade social sem a possibilidade de receber um núcleo. Estes elementos impactam diretamente o desenvolvimento do projeto, podendo fazer repercutir desigualdades presentes na sociedade. O Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - PNUD aponta que as desigualdades de acesso a prática de AFEs tem marcadores como sexo, raça, idade, deficiência, nível de instrução, entre outros¹⁶.

Dessa forma criar oportunidades efetivas para que as pessoas consigam se engajar em suas práticas, enfrentando os condicionantes sociais que limitam o acesso, podem mudar esse cenário. Em um estudo, foram encontradas associações entre atividade física e a presença de instalações para praticá-la e espaços públicos gratuitos, ressalta-se que, embora a presença de espaços dedicados à prática de AFEs não necessariamente resulte no aumento dessa prática, sua presença nessas localidades proporciona maior acesso para a realização de AFEs²¹.

O componente eventos (atividades assistemáticas) mencionado nos resultados, inclusive com a disponibilização de brinquedos infláveis, não se configura necessariamente como algo negativo, até porque é um projeto que contempla o lazer além da promoção de AFEs. O problema identificado é que não havia um filtro do que deveria ser feito ou não nessas atividades assistemáticas e a existência de um receio de retaliações futuras na aprovação do projeto na câmara de vereadores. Essa fragilidade demarca o anseio das coordenadoras de que o PVA se torne uma política pública permanen-

te e não se mantenha como política de governo a ser renovada periodicamente.

Entretanto, a consolidação do PVA como uma política pública permanente de Estado, traria avanços tanto na consolidação do tema que merece a política permanente visitando a noção nos direitos da população, assim como em aspectos destacados pelas coordenadoras como a criação de vínculos sólidos, estabilidade e planos de carreira para as coordenadoras de núcleo e agentes envolvidos nessa política. Nesse sentido, é clara a necessidade de avaliação, monitoramento e de divulgação das ações do PVA. Dessa forma o projeto ganha força, especialmente em um cenário de instabilidade política e econômica que o país vem vivendo, colocando em risco a sustentabilidade de programas e políticas sociais e de saúde²².

Salienta-se a relevância de todos os processos de abertura de núcleos e estabelecimentos das atividades serem publicizados. A partir da divulgação, a população terá mais protagonismo, participação, fiscalização e controle do que está sendo implementado. Com essas características a política ganha força, pois, passa a contar também com o controle social, que envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados na sociedade civil têm de interferir na gestão pública²³. A comunicação pode também ser importante para aproximação e parcerias com outros setores, com a intenção de melhorar o serviço que é prestado à população, e, especificamente no PVA, colaborar com ampliação de recursos (humanos, materiais e estruturais) que se apresentaram como fragilidades importantes. Nesse sentido a lei de incentivo ao esporte nacional e estadual poderiam contribuir para o financiamento do projeto, uma vez que empresas e indivíduos podem destinar parte do valor devido de imposto de renda e realizar doações para projetos esportivos aprovados. Dessa forma, diferentes empresas locais poderiam auxiliar a iniciativa, utilizando parte do valor do imposto devido²⁴⁻²⁵.

Torna-se necessário refletir sobre limitações desse estudo. O PVA é desenvolvido com diferentes níveis de atuação e compuseram a população deste estudo a coordenação geral e de núcleo. Assim, sugere-se que outros estudos englobando os outros níveis que compõem o projeto (agentes e participantes) também são necessários para melhor descrição de questões como planejamento das atividades para os diferentes grupos, visto que esses são os profissionais da ponta. Enquanto pontos fortes, destaca-se que esta é a primeira pesquisa sistematizada do PVA, após a elaboração do modelo

lógico do PVA, com a gestão da iniciativa e optou-se por uma abordagem qualitativa quanto ao processo de abertura e estabelecimento das atividades, dando luz às potências e limitações do projeto. Considerando sua amplitude de ações e de grupos populacionais, acredita-se que essa estratégia inicial implementada pode ser essencial para colaborar com futuros estudos que contemplem outras características, como efeitos, impacto e resultados do PVA.

Podemos concluir nesse estudo que o PVA enfrentou desafios para sua implementação no ano de 2019, apesar das dificuldades enfrentadas, o projeto apresentava-se como uma iniciativa progressista na forma como estava implementando seus núcleos e promovendo AFEs, sobretudo por dialogar com demandas locais e contar com apoio da população participante, mantendo-se ao longo das trocas de governo. Além disso, desempenhou um papel relevante na promoção de AFEs nos bairros e distritos de Pelotas, contribuindo para disseminação dessas práticas. Com ajustes e investimentos adequados, o programa tem potencial para expandir seu alcance e gerar impacto positivo nas comunidades.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Pelotas – Programa PIB-M/D.

Contribuição dos autores

Leite GS participou da investigação; análise formal; administração projeto; redação – revisão e edição. Knuth AG participou da revisão. Ribeiro JAB e Crochemore-Silva I, participaram da supervisão; redação – revisão e edição.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) de Pelotas, Rio Grande do Sul, por viabilizar documentos e contato da coordenação do projeto.

Referências

1. Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017. – Brasília: PNUD, 2017. 392 p.z
2. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Portal da Saúde. Brasília DF, 2006.

3. Sá GBAR, Dornelles GC, Cruz KG, Amorim RCA, Andrade SSCA, Oliveira TP, et al. O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. *Ciênc Saúde Colet* 2016;21:1849-60.
4. Melo EMN, Guarda FRB, Santos FAS, Feitosa WMN. Programa Academia da Cidade do Recife: análise da contratransferência de política. *Rev Bras Ativ Fis Saúde*. 2020;25:e0174
5. Lopes A, Ferreira A, Mendonça R, Dias MA, Rodrigues R, Santos L. Estratégia de Promoção à Saúde: Programa Academia da Cidade de Belo Horizonte. *Rev Bras Ativ Fis Saúde*. 2016;21(4):381-6.
6. K, Quevedo L. Projeto Vida Ativa: Pelotas em movimento. E-book, Amazon. Pelotas, 2017. 48p.
7. Hallal PC, Tenório MCM, Tassitano RM, Reis RS, Carvalho YM, Cruz DKA, et al. Avaliação do programa de promoção da atividade física Academia da Cidade de Recife, Pernambuco, Brasil: percepções de usuários e não-usuários. *Cad Saúde Pública*. 2010;26:70
8. Lopes A, Ferreira A, Mendonça R, Dias MA, Rodrigues R, Santos L. Estratégia de promoção à saúde: Programa Academia da Cidade de Belo Horizonte. *Rev Bras Ativ Fis Saúde*. 2016;21:379-84.
9. Brasil. Ministério da Saúde. Panorama nacional de implementação do Programa Academia da Saúde: monitoramento do Programa Academia da Saúde: ciclo 2017.
10. Hallal PC, Reis RS, Hino AAF, Santos MS, Grande D, Krempel MC, Carvalho YM, Cruz DKA, Malta DC. Avaliação de programas comunitários de promoção da atividade física: o caso de Curitiba, Paraná. *Rev Bras Ativ Fis Saúde*. 2009;14(2):104-14.
11. Matsudo V. "The role of partnerships in promoting physical activity: the experience of Agita São Paulo." *Health & place*. 2012;18(1):121-22.
12. Jannuzzi PM. Monitoramento Analítico como Ferramenta para Aprimoramento da Gestão de Programas Sociais. *Rev Bra de Monitoramento e Avaliação*. 2011;1:36-65.
13. Minayo MC. Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação. *Sau. & Transf. Soc*. 2011;1(3):2-11.
14. Bardin, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
15. Edital de contratação Projeto Vida Ativa. Pelotas, Brasil, 2017. Disponível em: https://sistema.pelotas.com.br/transparencia/arquivos/editais_contratos/90e4f5e006b66ff511e992956c27f5ff.pdf. Acesso em: 21 jun.2023.
16. Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017. – Brasília: PNUD, 2017. 392.
17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia de Atividade Física Para a População Brasileira: recomendações para gestores e profissionais de saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
18. Brasil. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/5/>. Acesso em: 29 jun. 2023.
19. Vieira LS. Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer da cidade / Larissa Haddad Souza Vieira. – Brasília: Gráfica e Editora Ide- al. 2011; 978-85-89196-49-9 1.
20. Lopes B, Ney J. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.
21. KretschmerI AC, DumithI SC. Prática de atividade física no lazer e ambiente percebido: um estudo de base populacional com adultos e idosos do Sul do Brasil. *Rev Bras Epidemiol*, 2020; 23:E200043.
22. Santos IS, Vieira FS. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. *Ciênc Saúde Colet*, 2018;23(7):2303-14.
23. Correia MVC. A relação estado e sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. *Servi Social & Sociedade*, 2004;77:22-45.
24. Brasil. Lei nº 11.438 de dezembro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11438.htm. Acesso em: 21 jun. 2023.
25. Brasil. Lei nº 13.924/2012. Programa de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível: <https://www.rs.gov.br/carta-de-servicos/servicos?servico=1328>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Recebido: 12/01/2023
Aprovado: 13/08/2023

Como citar este artigo:

Leite GS, Knuth AG, Ribeiro JAB, Crochemore-Silva I. Projeto Vida Ativa Pelotas: Percepção das coordenadoras sobre a implantação dos núcleos no ano de 2019. *Rev Bras Ativ Fis Saúde*. 2023;28:e0308. DOI: 10.12820/rbafs.28e0308